

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 132 - Brasília, quinta-feira, 7 de dezembro de 1995

Decisão sobre Sivam respeita e prestigia autoridade do Senado

Ponto de vista é de Sarney, que considera o assunto polêmico, com conotações políticas e aspectos técnicos, mas vê o Congresso em condições de se posicionar a respeito



A Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo senador Iris Rezende (D), que ontem examinou a indicação de ministros para tribunais superiores, deverá votar hoje parecer sobre Lei de Patentes. Página 2

O governo respeitou a autoridade do Congresso e do Senado ao concluir pela necessidade de aguardar o término dos trabalhos das comissões que apuram as denúncias de irregularidades sobre o projeto Sivam. A afirmação foi feita na tarde de ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, depois de participar da reunião do Conselho de Defesa Nacional.

- Qualquer outra decisão seria invadir a autoridade do Senado, chamado a opinar sobre a autorização para o empréstimo, durante o tempo de vota-

ção da matéria - afirmou.

Sarney disse que a decisão "prestigia o Congresso, dando-lhe liberdade para atuar".

- O assunto é polêmico, com conotações políticas e aspectos técnicos, e o Congresso está discutindo, e vai amadurecer sua decisão - observou.

O presidente do Senado não comentou as denúncias de que seis integrantes da comissão do Ministério da Aeronáutica que examinou o Sivam, em 1993, teriam ligações com a empresa Esca. Sarney afirmou que nada de concreto lhe chegou às mãos até agora.

Físico vê Brasil capaz de montar Sivam

Para o professor Rogério César de Cerqueira Leite, físico da Unicamp, o Brasil tem capacidade tecnológica e científica suficientes para instalar e operar o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) nos moldes em que a empresa norte-americana Raytheon se propõe a fazê-lo, agregando e sistematizando tecnologias e equipamentos produzidos por terceiros. A opinião foi exposta ontem à noite na reunião conjunta das comissões do Senado Federal encarregadas de analisar o Sivam, presidida pelo senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Como argumento, o físico

citou que projeto cem vezes mais complexo que o Sivam, de tratamento de partículas atômicas, foi desenvolvido em território nacional.

Na mesma reunião, o tenente-brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, diretor do Departamento de Pesquisa do Ministério da Aeronáutica, chamou a atenção dos senadores, em seu depoimento, para a importância do Sistema de Pesquisa da Amazônia (Sipam), no qual se concentrarão 70% das atividades desenvolvidas pelo sistema integrado Sivam/Sipam.

■ Leia mais sobre Sivam na página 3

Ademir pede julgamento de assassinos

Página 4

Concessões de rádio e TV em debate

Página 2

Senado aprova Itamar Franco para a OEA

A indicação do nome do ex-presidente Itamar Franco para embaixador junto à OEA, em Washington, foi aprovada pelo Senado, em sessão secreta realizada ontem. Também foram aprovados os nomes de Francisco Thompson Flores para representar o Brasil na Ordem Soberana e Militar de Malta; Pedro Paulo Pinto Assumpção, em Israel; Oto Agripino Maia, na África do Sul; Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra, em São Vicente e Granadinas, cumulativamente com o mesmo posto na Guiana, e Fernando Pedreira, na Unesco.

Mauro cobra solução para transportes

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) cobrou ontem do governo a superação do impasse provocado pelo programa de privatizações, que vem imobilizando investimentos em projetos prioritários do setor de transportes, como o Corredor Centro-Leste de Exportação. Ele advertiu que a produção não pode esperar.

O senador destacou que os pontos nevrálgicos nos sistemas viário e ferroviário de escoamento da produção de Goiás, por exemplo, são conhecidos. Os prejuízos impostos à economia do Centro-Oeste, por sua vez, já "estão esgotando a paciência dos produtores".



Mauro

Na pauta, a quebra de sigilo

O Senado vota hoje projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que exclui da proteção do sigilo bancário deputados, senadores, ministros, presidente e vice-presidente da República, dirigentes partidários e diretores de estatais ou órgãos do governo.

A discussão da matéria foi iniciada ontem com o líder do PPB, Epitácio Cafeteira (MA), argumentando que a medida não atingirá o cônjuge do titular da conta, o que pode comprometer o objetivo do projeto.

Em turno suplementar, os senadores aprovaram projeto que permite aos donos de fazendas em regiões isoladas do atual sistema de distribuição de energia elétrica instalarem mini-hidrelétricas (de até 100 quilowatts - kw) sem a necessidade de projeto ou qualquer autorização oficial.

Concessões de rádio e TV geram debate

Senadores questionam critérios e defendem maior fiscalização de emissoras

A sessão deliberativa de ontem do Senado foi marcada na sua primeira fase pela discussão sobre os critérios adotados para concessões de outorga e renovação relativas a exploração dos serviços de rádio e televisão.

Durante as votações de 14 itens dessa matéria, o senador Roberto Freire (PE), líder do PPS, chamou a atenção para o fato de as empresas monopolizadoras do setor serem contempladas com novas concessões. "Eu luto pela pluralidade e voto não para todas", disse o senador. O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), em aparte, apoiou Roberto Freire.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) garantiu que votará em todas as concessões para órgãos comunitários, como prefeituras e universidades, visando à exploração de programações educativas, "que precisam de

aperfeiçoamento no Brasil". Ele foi contestado pelo senador Epitácio Cafeteira (MA), líder do PPB, que lembrou existir a prática de uso por interesses políticos nestas emissoras.

A senadora Marina Silva (PT-AC) declarou que, por orientação do seu partido, se absteria nas renovações e votaria "não" para novas autorizações. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ressaltou a importância de um conselho social "para resguardar o interesse público" nas estações de rádio e TV. Já o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) defendeu a análise pelo Senado das atividades das emissoras que pleiteiam a renovação da concessão.

Ao final da discussão, o Senado aprovou ainda nove renovações de concessões de exploração de serviços de rádio e televisão, e cinco novas autorizações.

CCJ vota hoje parecer sobre Lei de Patentes

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) votará hoje, em reunião extraordinária, às 10h, o parecer apresentado ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre as emendas de plenário oferecidas ao projeto de Lei de Patentes.

O parecer de Suassuna acolhe emendas dos senadores Júnia Marise (PDT-MG), que elimina o *pipeline*, e José Eduardo Dutra (PT-SE), que estabelece prazo para a lei entrar em vigor.

Ontem, a CCJ, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), apreciou mensagem presidencial indicando nomes de ministros do Superior Tribunal Militar (STM), e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Os indicados foram sabatinados antes da votação das respectivas mensagens, que serão submetidas ainda à deliberação do plenário do Senado.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Preside reunião da Comissão Diretora.
14h30 - Preside Sessão Ordinária do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: "PLC nº 106/95 - Complementar, que acrescenta dispositivo ao Código Eleitoral, a fim de permitir a ação rescisória em casos de inelegibilidade (em regime de urgência); "Projeto de Resolução nº 127/95, que estabelece *quorum* para formação de bloco parlamentar (em regime de urgência); e "PLS nº 49/95, que dá nova redação ao art. 23 da Lei nº 8.031/90, que criou o Programa Nacional de Desestatização (em discussão).

COMISSÕES

9h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.214/95, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - reedição da MP nº 1.179/95.

Pauta: Reunião informal. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Mensagens nºs 299, 320, e 313, submetendo ao Senado Federal a escolha de embaixadores junto aos países que especifica. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 264/95 (terminativo), que altera a redação da alínea "e" do art. 38 da Lei nº 4.711/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: "Emendas de Plenário oferecidas ao PLC nº 115/93, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial; e "Projeto de Resolução nº 66/95, que altera o Regimento Interno do Senado Federal. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 45/94 (não terminativo), que dispõe sobre a necessidade de apuração de falta grave para dispensa de dirigente sindical; "PLS nº 23/95 (terminativo), que institui a dedução na declaração anual de rendimentos da pessoa física dos gastos com trabalhadores domésticos, e PLS nº 89/95 (terminativo), que dispõe sobre a organização sindical. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Instalação, eleição de presidentes e vice-presidentes, e designação de relatores das seguintes comissões:

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.211/95, que cria a Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET, para os servidores militares federais das Forças Armadas. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.207/95, que acresce parágrafo ao art. 57 da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da CF, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.203/95, que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN, e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

14h30h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.192/95, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.206/95, que dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 52 da Lei nº 8.931/94, que dispõe sobre amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.209/95, que dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.208/95, que altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFFMM, e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.213/95, que dispõe sobre a alocação em depósitos especiais: remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.201/95, que dispõe sobre a instituição de crédito presumido ao Imposto sobre Produtos Industrializados, para ressarcimento do valor do PIS/PASEP. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.212/95, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

Jefferson condena política para a Amazônia

A Amazônia é historicamente uma "vítima de retórica governamental vazia", afirmou ontem o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), ao lamentar que a ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo, Dorothea Werneck, discorde da instalação de uma fábrica de cinescópios da Samsung em Manaus, negando assim os incentivos assegurados por lei.

Jefferson Peres disse que aquela fábrica é fundamental para o pólo eletrônico da Zona Franca, daí por que, junto com o governador do Amazonas, ele está empenhado em convencer a ministra a voltar atrás.

O senador considerou também falta de sensibilidade do ministro do Planejamento, José Serra, a sua posição contrária à abertura de uma via para o Pacífico.

Tuma: Calha Norte não pode ser interrompido

O projeto Calha Norte é anterior ao Sistema de Vigilância da Amazônia e por isso não pode ser interrompido pelo Sivam, afirmou o senador Romeu Tuma (SP), vice-presidente da Comissão Especial destinada a estudar o revigoramento do Calha Norte. Por sua vez, a relatora da comissão, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), ressaltou a importância do Calha Norte para o desenvolvimento social e econômico da região.

Em reunião realizada ontem, a comissão definiu o roteiro da visita que fará em fevereiro à Amazônia. Senadores e deputados deverão permanecer quatro dias em contato com representantes das unidades militares, líderes políticos e administrativos, e com lideranças de diversas comunidades indígenas da região.



Jefferson

Suplicy quer investigar se Esca pagava a servidores da Aeronáutica

Senador espera que comissões recomendem ao presidente da República uma nova licitação para o projeto Sivam

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou grave a denúncia publicada ontem pelo jornal *Correio Braziliense*, segundo a qual seis integrantes da comissão do Ministério da Aeronáutica que, em setembro de 1993, escolheu a Esca para participar do Sivam recebiam pagamento mensal como prestadores de serviços àquela empresa. Conforme o jornal, a descoberta do pagamento foi feita pelo Tribunal de Contas da União.

Para Suplicy, também merece ser apurada a informação de que

o Banco do Brasil vem pagando taxas ao Eximbank, porque o Brasil até agora não usou o financiamento colocado à disposição do Sivam.

A nota distribuída ontem pelo Palácio do Planalto, depois da reunião do Conselho de Defesa Nacional, foi lida em plenário por Suplicy. A nota da Presidência da República informa que, ouvido o conselho, o presidente da República resolveu aguardar o pronunciamento do Senado sobre o pedido



Suplicy

de financiamento para o Sivam. Três comissões do Senado - de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Fiscalização e Controle, e de Assuntos Econômicos - analisam o projeto e investigam denúncias de irregularidades

na escolha da empresa fornecedora de equipamentos para o Sivam. Depois de ler a nota, Suplicy disse acreditar que as comissões tenderão a recomendar que seja feita nova licitação para o Sivam.

Sivam é a 10ª prioridade para a Amazônia, diz Marina

A senadora Marina Silva (PT-AC) lamentou ontem que o Sivam tenha assumido maior importância que a própria Amazônia, quando, a seu ver, na escala de prioridades para a região, o projeto seria a 10ª. A senadora disse que, se os estados amazônicos pudessem optar, o Sivam teria função estratégica no projeto de desenvolvimento que engloba as prioridades que o antecedem.

Apesar disso, Marina consi-



Marina

derou "um grande acontecimento" a reunião de ontem do Conselho de Defesa Nacional.

A senadora destacou que a experiência do fracasso do modelo de ocupação da Amazônia, baseado nos grandes projetos agropecuários e na exploração de minérios e madeira, resultou no surgimento de formas adequadas ao aproveitamento dos recursos regionais. Essa constatação, conforme frisou, fundamenta as prioridades de um programa

de desenvolvimento - implantação de sistemas agroflorestais e de projetos de reforma agrária, aproveitamento dos recursos da pesca e beneficiamento local da madeira de exportação.

Marina Silva observou que muitas das atribuições do Sivam são atualmente desempenhadas por órgãos como Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais), Ibama, Embrapa e Núcleo de Monitoramento Ambiental, que recolhem informações sem, no entanto, ter condições de processá-las integralmente.

Comissões vão ouvir Francisco Graziano

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), na presidência das comissões do Senado que analisam o caso Sivam, aprovou requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) convocando para depoimento o ex-presidente do Inbra Francisco Graziano.

Ao justificar a convocação de Graziano, Antonio Carlos Valadares ponderou que "o ex-presidente do Inbra foi o pivô de todo o escândalo do *grampo*" na casa do ex-chefe do Cerimonial

do Palácio do Planalto, embaixador Júlio César Gomes dos Santos.

O coordenador da comissão do projeto Sivam, brigadeiro Marco Antônio Oliveira, que depôs perante as comissões do Senado na noite de terça-feira, admitiu que a assessoria do Ministério da Aeronáutica repassou ao senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), relator do Sivam, em dezembro de 1994, os valores destinados a cada empresa que atuaria no projeto. Mi-

randa apenas teria colocado no projeto os números da Aeronáutica.

Mas o brigadeiro contestou o senador Gilberto Miranda, que na semana passada enviara carta ao presidente da República alertando para indícios de irregularidades na escolha dos radares do Sivam. O coordenador do projeto explicou que a troca da Westinghouse pela Martin-Marietta objetivou dotar o Sivam de radares mais modernos.

Suassuna pede socorro para municípios

Senador faz apelo ao governo federal, lembrando que funcionários estão há meses sem receber salários, e aponta contraste com a situação dos bancos



Júnia Marise

Júnia propõe 20% de vagas para candidatas

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) apresentou ontem projeto de lei determinando que 20% das vagas de cada partido ou coligação sejam preenchidas com candidaturas de mulheres para todas as eleições proporcionais. A proposta incorpora ao Código Eleitoral norma já estabelecida para as eleições municipais de 3 de outubro de 1996.

Na justificativa de seu projeto, a senadora argumenta que ele assegura o crescimento das candidaturas de mulheres aos mandatos parlamentares estaduais e federais, conforme recomendação da Organização das Nações Unidas reiterada pela recente Conferência de Pequim. Júnia Marise considerou que, desse ponto de vista, as normas para as eleições de 1996 são um passo gigantesco, mas têm caráter transitório e limitado ao nível municipal.

Ademir cobra julgamento de assassinos do deputado

O julgamento imediato dos acusados pelo assassinato - há sete anos atrás - do deputado estadual João Carlos Batista, bem como o de outros pistoleiros e mandantes de crimes cometidos em decorrência de conflitos fundiários, foi pedido ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), que disse ser essa uma exigência da sociedade em geral e, especialmente, de todos os que lutam pela re-



Ademir

forma agrária e contra a violência no campo. "É preciso que se alcance, de uma vez por todas, o fim da impunidade", disse. Ademir informou que durante toda esta semana serão realizadas, em Belém, homenagens a João Carlos Batista, "assassinado barbaramente na presença de sua esposa e filhas", em "ação covarde levada a efeito pelo braço armado do latifúndio e da famigerada UDR".

OEA quer mudar legislação sobre os direitos humanos

Um alerta para a necessidade de se alterar a legislação brasileira, visando facilitar a apuração de violações aos direitos humanos no país, foi comunicado ao Senado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), recebida ontem, em audiência, pelo segundo vice-presidente da Casa, senador Júlio Campos.

O presidente da Comissão, Alvaro Tirado, sugeriu que seja alterada a legislação bra-



Júlio Campos

sileira para permitir que o governo federal possa participar nas investigações de delitos juntamente com os governos estaduais. O objetivo é evitar a ocorrência de casos de impunidade por omissão do poder público.

A comissão da OEA divulgará os resultados de sua visita de uma semana ao Brasil em entrevista à imprensa que será concedida neste sábado, no Rio de Janeiro, onde se encontrarão os cinco integrantes do grupo, mais os seis advogados que os assistem.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apelou ao governo federal para que ajude os municípios a saírem da crise financeira em que se encontram, lembrando que muitos deles estão sem pagar o funcionalismo há meses e outros, mesmo em melhor situação, "sequer pagarão o décimo-terceiro salário neste final de ano".

A crise dos municípios, segundo Suassuna, contrasta com a situação dos bancos, "que têm os seus problemas de recursos facilmente resolvidos pelo Banco Central". Em apertados, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Romero Jucá (PFL-RR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) se solidarizaram com as preocupações de Suassuna.



Suassuna



TV SENADO

Assista ao *Jornal do Senado* na Rede Vida

TVA - canal 34
NET - canal 40

De segunda a sexta, às 15h50

Uma produção da Central de Vídeo do Senado Federal

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Soraila do Carmo ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.